Fisioterapia Forense: Contribuições na Perícia Judicial e Avaliação do Nexo Causal

Autor(res)

Letícia Martins De Lima Becker
Renata Liliane Do Nascimeno Reis Dornelles

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A Fisioterapia Forense representa um campo interdisciplinar que alia conhecimentos da área da saúde e do direito, desempenhando papel essencial na análise técnica de casos que envolvem lesões e limitações funcionais. Nesse contexto, o fisioterapeuta forense atua na elaboração de laudos e pareceres que permitem estabelecer a relação entre as condições clínicas apresentadas e possíveis fatores desencadeadores, como acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. Essa atuação é crucial para a determinação do nexo causal, conceito que assegura a correlação entre um evento específico e os prejuízos à saúde de um indivíduo.
Com o aumento da demanda por perícias judiciais em ações trabalhistas, previdenciárias e civis, cresce a relevância da fisioterapia forense, consolidando-se como área promissora de atuação profissional. A importância desse campo reside na sua capacidade de fornecer subsídios técnicos para decisões judiciais, garantindo maior precisão, transparência e respaldo científico.
O presente artigo busca, a partir de revisão de literatura, analisar as contribuições da fisioterapia forense na avaliação do nexo causal, destacando seus fundamentos, desafios e impactos no contexto judicial. O estudo pretende evidenciar a importância desse profissional para a justiça e para a sociedade, ao oferecer suporte especializado e científico em processos que exigem avaliação funcional detalhada.A Fisioterapia Forense representa um campo interdisciplinar que alia conhecimentos da saúde e do direito, desempenhando papel essencial na análise técnica de casos que envolvem lesões e limitações funcionais. Nesse contexto, o fisioterapeuta forense atua na elaboração de laudos e pareceres para nexo causal.

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da Fisioterapia Forense no contexto da perícia judicial, com ênfase na avaliação do nexo causal em situações que envolvem acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e processos previdenciários ou cíveis. Pretende-se compreender de que maneira o fisioterapeuta, ao aplicar seus conhecimentos técnicos e científicos.

Material e Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, conduzida por meio de revisão bibliográfica. Foram incluídos artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados entre 2019 e 2025, em

português e inglês. Os critérios de inclusão abrangeram materiais que tratassem especificamente da atuação do fisioterapeuta na perícia judicial, da avaliação do nexo causal e das doenças ocupacionais. Foram excluídos resumos simples, textos de opinião e materiais sem embasamento científico. As buscas foram realizadas em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico, PubMed e no portal de periódicos CAPES. Os descritores utilizados foram: “fisioterapia forense”, “perícia judicial”, “nexo causal” e “doenças ocupacionais”.

Resultados e Discussão

Nos últimos seis anos, diversos estudos têm evidenciado a importância do fisioterapeuta forense na produção de laudos técnicos que subsidiam decisões judiciais. Segundo Transforma UJ (2023), a atuação desse profissional é fundamental para esclarecer dúvidas sobre o nexo causal, quantificar a capacidade funcional e apoiar magistrados na tomada de decisão.

A literatura recente destaca que as doenças ocupacionais, como as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), continuam sendo as mais frequentemente investigadas em perícias. Pesquisas apontam que essas condições comprometem de forma significativa a qualidade de vida dos trabalhadores, aumentando o número de afastamentos e pedidos de indenização (Castaneda, 2018; Corrêa; Boletti, 2015).

Além dos aspectos biomecânicos, estudos recentes reforçam a importância de fatores psicossociais e organizacionais na gênese das LER/DORT. Zanotelli (2019) e Figueiredo e Longen (2018) ressaltam a necessidade de o fisioterapeuta forense adotar uma abordagem multidimensional, que considere o ambiente de trabalho, os fatores ergonômicos e a saúde mental dos trabalhadores.

Outro ponto relevante nos últimos anos é o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) da Organização Mundial da Saúde como protocolo de padronização para as análises periciais (Araujo; Buchalla, 2015; Castaneda, 2018). Isso reforça a credibilidade e a objetividade das conclusões apresentadas nos laudos.

Assim, verifica-se que a atuação atual do fisioterapeuta forense tem se consolidado como elemento-chave para garantir que as decisões judiciais sejam baseadas em evidências científicas e análises imparciais.

Conclusão

O fisioterapeuta forense contribui para a clareza e objetividade das provas técnicas, reduzindo subjetividades e fortalecendo a tomada de decisão dos magistrados, portanto, que a fisioterapia forense, ao consolidar-se como área de atuação profissional, fortalece o diálogo entre saúde e justiça. Além de colaborar com a resolução de litígios, contribui para a valorização da profissão e para a construção de uma sociedade mais justa, transparente e fundamentada em evidências científicas.

Outro aspecto relevante entre 2019 e 2025 refere-se ao papel das políticas públicas e do ensino superior.

Referências

ANTENEODO, C. et al. Brazilian physicists community diversity, equity and inclusion: a first diagnostic. 2019.

ARAUJO, E. S.; BUCHALLA, C. M. O uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde em inquéritos de saúde: uma reflexão sobre limites e possibilidades. Rev. bras. Epidemiol, v. 18, n. 3, p. 720-724, 2015. BUFREM, L. S. The Brazilian scientific production on bibliographic studies: a diachronic analysis. Em Questão, Porto Alegre, v. 25, 2019.

CARNEIRO, A. M. et al. Readiness and Leadership of Brazilian Science in COVID-19 Research (2020-2022). Em Questão, Porto Alegre, v. 31, 2025. CASTANEDA, L. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) – um caminho para a Promoção da Saúde. Revista Brasileira de Cineantropometria &

Desempenho Humano, v. 20, n. 2, p. 229-233, 2018. CORRÊA, V. M.; BOLETTI, R. R. Ergonomia: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015. CUNHA, P. S. da et al. Interculturality, public health and health education: data report based on the Virtual Learning Environment of the Brazilian Health System (AVASUS). Frontiers in Public Health, 2025. FIGUEREDO, A. C.; LONGEN, W. C. Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) e sua relação com o setor frigorífico. Inova Saúde, 2018.

HERNANDES, R.; CORSI, G. Artificial Intelligence in Brazilian News: A Mixed-Methods Analysis. 2024.

INTERNATIONALIZATION of scientific publishing in a multipolar world. Editorial, Cad. Saúde Pública, v. 41, n. 5, 2025. LESSONS learned from the expansion of medical schools in Brazil: a review of challenges and opportunities. Frontiers in Education, 2024.

OLIVEIRA SILVA, G. et al. Determinants of academic adaptation and quality of life of university students in the Brazilian Amazon region. Frontiers in Education, 2025. TRANSFORMA UJ. Fisioterapia em perícia judicial. Apoena Revista Eletrônica, Salvador, v. 2, n. 5, p. 92-105, 2022. WOMEN in science: overview, challenges, and inspirations.